

ASSASSINATO DE ANASTÁCIO MATAVELE

Beatriz Buchili diz que processo autónomo contra Agapito Matavele está em instrução preparatória



Créditos: CanalMOZ

Mesmo sem mencionar o nome da vítima e dos seus carrascos, a Procuradora-Geral da República fez referência ao assassinato do activista social Anastácio Matavele, um dos crimes hediondos que chocou a sociedade em 2019. No seu informe anual à Assembleia da República apresentado na semana passada, Bea-

triz Buchili disse que o processo autónomo aberto contra o foragido Agapito Matavele, o comandante do pelotão do Grupo de Operações Especiais (GOE) que matou a tiro o activista social, encontra-se em instrução preparatória.

Em meia página, a Procuradora-Geral da República fez uma breve descrição do crime



Créditos: CanalMOZ

e do principal processo que já se encontra em julgamento no Tribunal Judicial da Província de Gaza. "É muito mais repugnante quando actos criminais de tamanha barbaridade são praticados por aqueles a quem o Estado conferiu a responsabilidade de manter a ordem e a segurança dos cidadãos, como são os casos de alguns agentes da nossa Polícia", criticou.

Beatriz Buchili não falou das acções em curso com vista à localização de Agapito Matavele, o foragido da justiça que, em alguns círculos de Xai-Xai, é dado como estando na Província de Gaza, sob protecção das próprias autoridades. Aliás, as mesmas fontes asseguram que Agapito Matavele continua a movimentar a sua conta bancária para onde o Ministério do Interior continua a canalizar os seus ordenados mensais.

A revelação de que o processo autónomo aberto contra o comandante do pelotão do GOE se encontra em instrução preparatória aconteceu na semana em que decorria a

audição de declarantes no julgamento dos assassinos de Anastácio Matavele. Tal como vem reportando o Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD), a estratégia dos arguidos, sobretudo dos operativos do GOE, é de atirar toda a responsabilidade pelo assassinato de Matavele ao colega foragido, desde a concepção da "missão" e selecção dos agentes que nela participaram até à emissão das ordens de perseguição do carro da vítima, dos disparos e da fuga em alta velocidade.

Trata-se, na verdade, de numa acção concertada e que visa "salvar" e manter no anonimato os nomes dos verdadeiros mandantes do crime cometido a uma semana da realização das eleições gerais de 2019. Amanhã, quinta-feira, esta estratégia deverá ser repetida pelos arguidos durante a apresentação das alegações finais.

No período em análise, a Procuradoria-Geral da República registou 3.030 crimes contra a vida, dos quais 1.233 são de homicídio

voluntário, 500 de homicídio voluntário simples, 688 de homicídio qualificado e 54 de linchamentos. “Foram despachados 1.176 processos, tendo sido deduzida acusação em 790 e abstenção em 386”.

Sobre os ataques armados em Cabo Delgado, Beatriz Buchili fez saber que foram registados 28 processos (23 acusados e 5 em instrução preparatória), com um total de 60 arguidos em prisão preventiva, dos quais 50 moçambicanos, 6 tanzanianos, 2 somalis e 2 quenianos. A Procuradora-Geral da República falou de uma “necessidade urgente” de dotar-se o Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) de “equipamentos sofisticados e de conhecimentos técnico-operativos adequados para o tipo de crimes em

curso na Província de Cabo Delgado.

Entretanto, Beatriz Buchili não fez referência à violência contra civis protagonizada por alguns elementos das Forças de Defesa e Segurança (FDS); não condenou as restrições à livre circulação de pessoas impostas pelas FDS na Cidade de Pemba e nos distritos afectados por ataques; e não condenou também a constante obstrução do trabalho dos órgãos de informação, incluindo o desaparecimento forçado de jornalistas, como foi o caso de Ibraimo Mbaruco, da Rádio Comunitária de Palma. Trata-se de práticas que, além de violarem os Direitos Humanos, minam a confiança e inviabilizam a colaboração entre as comunidades e as FDS na luta contra a insurgência em Cabo Delgado.

As críticas de sempre para a PRM, o SERNIC e o poder judicial

Depois de fazer uma suspeita auto-avaliação da sua actuação como garante da legalidade, a Procuradoria-Geral da República lançou críticas aos outros órgãos de administração da justiça. Na Polícia, a PGR critica as deficiências na elaboração dos autos, com fraca descrição dos factos e das circunstâncias em que os mesmos ocorreram, falta de identificação de testemunhas e declarantes, e outras situações que podem comprometer a investigação criminal.

O informe destaca ainda a demora na elaboração dos autos de denúncia nas esquadras e/ou a sua remessa das unidades policiais situadas em postos administrativos e localidades para as sedes distritais.

Persiste, ainda, o problema de sobrelotação de celas nas Esquadras e nos Comandos da PRM, sobretudo nos distritos onde não existem estabelecimentos penitenciários. Trata-se, na sua maioria, de celas que não oferecem condições básicas de detenção, havendo casos em que falta alimentação, ventilação e sanitários.

“Estas situações concorrem para a violação dos direitos fundamentais dos cidadãos, o que exige a tomada de medidas urgentes

para garantir a observância desses direitos e o cumprimento da Constituição da República e das demais leis”.

Ao SERNIC, órgão auxiliar do Ministério Público no âmbito do exercício da acção penal, Beatriz Buchili falou da falta de equipamentos técnico-operativos e defendeu o reforço da capacidade e extensão dos laboratórios, nas suas diversas especialidades, a todas as províncias, e a formação técnica especializada dos membros.

“O cenário actual compromete o desempenho deste órgão de investigação no âmbito de prevenção e combate à criminalidade organizada e complexa, como são os casos de raptos, tráfico de pessoas e de órgãos humanos, tráfico de drogas, crimes informáticos e branqueamento de capitais”.

Quando ao judiciário, Buchili critica a elevação da competência dos tribunais distritais para julgar crimes puníveis com penas até 12 anos de prisão maior, alguns dos quais com maior complexidade, sem o necessário reforço com magistrados e investigadores. A isso acresce-se a insuficiência de meios de transporte para a realização das diligências e a falta de equipamentos técnico-operativos adequados.

COVID-19

STATE OF EMERGENCY AND HUMAN RIGHTS IN MOZAMBIQUE

Report human rights abuse during the state Of emergency in mozambique

From April the 1st to the 30th, 2020

CALL NOW:

87 85 33 330



Respect human rights in Mozambique. Spread the word! COVID-19 An initiative of



Help respect human rights Mozambique. Spread the word!

COVID-19

ESTADO DE EMERGÊNCIA E DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE

Denuncie os abusos contra os Direitos Humanos em Moçambique

De 01 a 30 de Abril de 2020

LIGUE JÁ:

87 85 33 330



Respeite os Direitos Humanos na resposta ao COVID-19. Passe a palavra! Uma iniciativa de



Ajude a respeitar os Direitos Humanos em Moçambique. Passe a palavra!



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
Telefone: 21 41 83 36

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique

